

CONTRIBUIÇÃO À TOPONÍMIA CEARENSE

FLORIVAL SERAINE

As denominações corográficas do Estado do Ceará são, em geral, representadas por vocábulos portugueses e derivados novos dos mesmos, ou de procedência indígena. Algumas, em número restrito, apresentam origem africana, mas, em geral, indicam localidades ou factos geográficos sem grande importância.

Há, no entanto, certos topónimos que merecem referidos à parte, em razão de serem pertinentes a outros países ou idiomas, sem ligação directa — a não ser esporadicamente — com a vida histórica ou cultural da região.

Mencionamos os seguintes, porém existem outros: —

CALIFÓRNIA ou São Francisco da Califórnia — povoação no Município de Quixadá;

MONTE ARARAT — lugar no termo de Santa Cruz;

PALESTINA — povoado na serra de Meruoca;

SALAMANCA — ribeiro em Barbalha;

TRANSWAAL — sub-afluente, pela margem esquerda, do Jaguaribe;

VALPARAÍSO — lugar em Santa Quitéria.

Outro topónimo a citar seria *RIACHUELO*, vila, anterior-

mente Riacho da Sela, no Município de Uruburetama. Mas, pelo Decreto-lei nº. 1.114, de 31 de Dezembro de 1938, foi mudado esse nome para *Umirim*.

Destoando das etnologias habituais, encontramos ainda algumas designações de “fazendas” e “sítios”, que os seus possuidores acharam de bem escolher, entre as quais a palavra latina TUSCULANUM, com que há mais de 80 anos o Senador Jaguaribe crismou um sítio de sua propriedade, distante 9 kms. de Fortaleza. Era assim intitulada a quinta de Cícero, perto de *Tusculum* (V. “Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará” — Desembargador Álvaro Gurgel de Alencar — 2ª. edição — pág. 396. Fortaleza, Ceará, 1939).

Seguem-se as denominações das mais significativas localidades cearenses, entre as quais cidades e vilas, que resolvemos classificar como de origem portuguesa, por uma necessidade de sistematização, deixando para mais adiante os detalhes sobre suas etimologias.

Nosso trabalho é realizado de acordo com o Decreto-lei 1.114, acima citado, o qual veio modificar extensamente a toponímia das cidades e vilas do Ceará, já alterada pelo Decreto-lei anterior, nº. 448, de 20 de Dezembro de 1938.

NOMES PORTUGUESES DE CIDADES E VILAS:—Água Verde, Alto Santo, Amaro, Amontada (ex-S. Bento), Arneirós, Arrojado, Assunção, Aurora, Baixa Branca, Baixio, Barbalha, Barra Nova, Barreira, Barro, Barroquinhas, Bela Cruz, Bica, Boa Água, Boa Viagem, Borges, Brejinho, Brejo Grande, Brejo Santo, Cabreiro, Canafístula, Caridade, Carrapateiras, Cascavel, Catarina, Cedro, Charito, Chaval, Conceição, Coutinho, Crato (1), Cruz, Cruzeirinho (ex-Bonfim), Custódio, Espinho, Estêvão, Feiticeiro (ex-Joaquim Távora), Flores Novas, Forquilha, Fortaleza (2), Fortim, Frade (3), Frecheirinhas, Gado, Gazea, Graça, Granja (4), Grangeiro, Holanda, Horizonte, Independência, Isídoro, Jardim, Jordão, Lacerda, Lamedouro, Lameiro, Licânia (ex-Santana), Limoeiro do Norte (ex-Limoeiro), Madalena, Marco, Marrecas, Marroás, Massapê, Mata Fresca, Matias, Messejana (5), Milagres, Miragem (ex-Santos), Missão Nova, Missão Velha, Morada Nova, Morrinho, Nova Floresta,

Nova Olinda, Nova Russas, Novo Oriente, Palhano (6), Palmácia (ex-Palmeiras), Pasta, Patriarca, Pedra Branca, Pedrinhas, Pentecoste, Pereiro, Porteiras, Redenção (7), Riacho Verde, Rosa (ex-Chaves), Russas (8), Saboeiro, Salitre, Santa Fé, Santana, Santanópole, Santa Quitéria, Santo Isidro, São Benedito, São Gerardo, Serrote, Sítios Novos, Sobral (9), Sucesso (ex-Pinheiro), Tamboril (10), Tanques, Targinos, Tarrafas, Tróia, Varjota, Várzea Alegre, Vazantes.

RIOS E RIBEIROS — Como se sabe, não há cursos d'água perenes, na região. Citaremos, contudo, alguns nomes, que figurem nos estudos corográficos cearenses, no capítulo da potamografia: Água Verde, Barriga, Barrocas, Bastiões, Batateira (11), Baú, Boa Viagem, Boa Vista, Bom Princípio, Canoa, Carrapateira, Castelhanos, Conceição, Estreito, Favela (12), Feitosa, Figueiredo, Grandeza, Grangeiro, Junqueiro, Livramento ou São Gonçalo, Malcozinhado, Mata Fresca, Miranda, Nobre, Palhano, Pendência, Ponta, Riacho do Sangue, Riacho dos Porcos, Salgado e Vaca Brava. Existem outros, mas são riachos e ribeiros sem importância.

ILHAS — Bois (dos), Coroa Grande, Fernando, Mangue Seco, Mosqueiro, Mosquito, Pinto, Presídio, Rato, Vacas (das). Além destas, cita o Barão de Studart, no rio Jaguaribe, as segs: — Grande, Picada (da), Veado (dos) (Vide "Geografia do Ceará", pág. 240).

LAGOAS — Almécegas, Arvoredo, Atalho, Barro Alto, Cabeceiras, Cangalhas, Castelhana, Conceição, Encantada, Feijão, Gameleira, Grande, Mata, Mato, Messejana, Nova, Patos, Pesqueira, Ramalho, Saco da Velha, Salgada, Seca e outras.

PONTAS E PORTOS — Almofala, Barra dos Patos, Fernando, Fortaleza, Porto dos Barcos, Retiro Grande.

SERRAS E SERROTOS — Açude, Almas, Angra, Azul, Barbalho, Barrigas, Bastiões, Bestas, Boa Vista, Bois, Boqueirão, Branca, Brígida, Caminhadeira, Cavalos, Cobras, Cocos,

Correntes, Cosme ou Pereiro, Dois Irmãos, Dona Ana, Estêvão, Estrelas, Flamengo, Fonseca, Fortuna, Franca, Frecheiras, Furada, Furtado, Gado, Góis, Grande, Joaquina, Lagedo, Lages, Livramento, Machado, Manuel Dias, Mãozinha, Marfim, Mariana, Maria Pereira, Matas, Negra, Nova, Olho d'água, Palmeiras, Pau Alto, Papagaio, Penhas, Picada, Piedade, Pobres, Pocinhos, Porca Magra, Preguiça, Rato, Rosário, Rosilho, Santa Luzia, Santa Maria, Santa Rita, São Bento, São Crispim, São Francisco, São José, São Pedro, Telha, Torre, Valentim, Várzea Grande, Vento, Verde, Vermelha (x).

Entre os topónimos referentes a localidade há os que foram aplicados oficialmente, em homenagem a vultos de destaque do Ceará ou da nacionalidade. Citamos os seguintes: — Alencar, (anteriormente José de Alencar), António Bezerra, António Diogo, Caio Prado, Campos Sales, Capistrano (antes Capistrano de Abreu), Catunda, Dom Quintino, Eusébio (antes Eusébio de Queirós), Gal. Sampaio, Gal. Tibúrcio, Lima Campos, Martinópolis (cidade de Martim Soares Monero), Monsenhor Tabosa, Padre Cícero, Padre Vieira, Pessoa Anta, Piquet Carneiro, Pires Ferreira, Senador Pompeu, Senador Sá, Serpa, Solonópolis (ex-Cachoeira) — cidade de Solon (Pinheiro).

A maior parte dos nomes referidos é — como se observa — do português tradicional, pois de etimologia predominantemente latina, havendo no entanto palavras de origem árabe ou asiática, celta, gótica, grega, hebraica e até espanhola, que nos dicionários portugueses se encontram, integrando o maravilhoso acervo lexicográfico do nosso idioma, de tão variada procedência histórica.

Uma ocorrência que vale destacada é a de *derivações novas* de vocábulos da língua portuguesa, bem como a de palavras compostas, com um cunho da peculiaridade nacional ou mesmo regional.

Alcançamos aqui a seara dos *brasileirismos* — alguns ocorriam apenas nesta zona nordestina — factos linguísticos próprios à nossa gente, a exemplo de *chamurro*, *cocorote*, *favela*, *lambedouro*, *marruá*, o primeiro dos quais nem mesmo o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa regista, estando, porém, no “Cancioneiro do Norte”, de Rodrigues de Carvalho (1ª.

edição — pág. 215 — nota ao pé da página), no “Cantadores”, de Leonardo Mota (pág. 371, ed. Livr. Castilho — Rio) e no “Vocabulário Analógico”, de Firmino Costa (pág. 25, ed. da Cia. Melhoramentos — São Paulo). (V. “Dicionário Geog., Hist., do Ceará”, cit., onde se acham muitos nomes de factos geográficos, que interessam ao nosso estudo, além dos anteriormente enumerados).

Merecem assinaladas, a propósito, as referências de Macedo Soares acerca de vozes como *barreira*, *barroso*, *barroca* (“Estudos lexicográficos do dialecto brasileiro” — Imprensa Nacional — Fio de Janeiro, 1943 — págs. 114 a 117); a respeito de *varge* (Ib. págs. 90 a 94); sobre o suf. *ouro*, já hoje *ôro*, significando *lugar onde e donde* (Ib., pág. 80, nota ao pé da pág.); assim como as de Bernardino José de Sousa acerca de *baixio*, *barreira*, *barra*, *bebedouro*, *brejo*, *lagedo*, *lavras*, *massapê*, *taboleiro*, *tanques*, *varjota*, *várzea*, *vazantes* (“Onomástica Geral da Geografia Brasileira” — Baía, 1927).

Casos interessantes de gradação de substantivos já conhecidos em português, verificados na toponímia cearense, são os seguintes: — *fornalhão*, *frecheirinhas*, *lameirão*. (cf. “Dic. Geog”. cit., págs. 145 e 222).

Devem ser considerados *brasileirismos* não apenas os nomes que apresentem formas novas, criadas pelos nacionais, mas ainda aqueles que, revelando formas já conhecidas no português de Portugal, adquiriram accepções novas no linguajar brasileiro. São estes *brasileirismos semânticos*, no número dos quais registamos os termos *picada*, *malhada*, *coroa* (também chamado *croa*), ainda não mencionados. Os dois últimos figuram no “Dic. Geog.”. cit., constituindo os topónimos: *Malhada Grande*, *Malhada dos Bois*, *Malhada Vermelha*, *Malhada da Areia* e *Coroa Grande*).

Não deve passar despercebida a tendência que revelamos para a substantivação de adjectivos, já anotada por Macedo Soares e outros, sendo dignos de menção os casos de *sombrio* e *alagadiço*, usuais no Ceará, de referência a lugares, que figuram no “Dic. Geog”. cit., o segundo, aliás, como *Alagadiço-Novo* e *Alagadiço Grande*.

Há uma serra no Estado — *Caminhadeira* — cuja forma

vocabular exemplifica o modo, frequente nas camadas populares, de formação do feminino dos adjectivos substantivados com a terminação em *or* (V. o que escreve Said Ali em “Lexeologia do Português histórico” — Cia. Melhoramentos de S. Paulo — 1921; págs. 35, 36 e 51).

São cognatos de interesse, no caso: — *caminhada* (acção de caminhar; jornada; grande extensão de caminho percorrido ou a percorrer); *caminheiro* (que anda bem e depressa, andarilho), cujo feminino deve ser *caminheira*. O “Dic. Geog. Hist”. cit., traz *Camiadeira*, decerto um equívoco ortográfico, motivado pela pronúncia regional: *cã-mi-a-dê-ra*. Observe-se ainda o facto semântico da transferência do sentido do termo, que do sujeito ou agente passa para o lugar onde se exerce a acção. Um interessante caso semântico que mencionamos aqui a título de curiosidade é o de *caminera*, citado por Malaret, como de uso na Colômbia e Equador, e que significa: garrafa de licor que costuma o viajante levar consigo (“Dic. de Americanismos” — Supl. Tomo I, pág. 252, Buenos-Aires, 1942).

Indicadores de corruções vocabulâres, frequentes nas camadas incultas, são os topónimos: *Pau Inficado* e *Bastiana*. Um, caso de prótese na palavra *fincado*, e o outro, aférese no prenome *Sebastiana* (cf. “Dic. Geog”, cit., págs, 283 e 47).

Mas passemos adiante. Topónimos há, em nossa região, que são de origem americana, anterior ao descobrimento do Brasil, como *Batateira* (do antilhanismo *batata* + sufixo vernáculo *eira*), *Canoa*, *Mangue*, que ingressaram definitivamente no português geral (Sobre tais vocábulos, que partiram de S. Domingos e ilhas vizinhas, ler o que escreve Pedro H. Urena, às págs. 122, 123 e 124 de “El espanol em Santo Domingo”—Biblioteca Di Dialectologia Hispano — Americana — Buenos Aires, 1940. Cf., “Dicionário de Americanismos”—A. Malaret —2ª. ed. pags. 63, 106 e 339 — Sobre *batata* v. ainda “Dic. de Americanismos” — do mesmo autor — Tomo I — Suplemento — pág. 179. “Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa”, o “Novo Dicionário”, de Cândido de Figueiredo (4ª. edição) e o “Dicionário Contemporâneo”, de Caldas Aulete, referem, aliás, o vocábulo *mangue* como brasileirismo, mas é ele, sem dúvida, procedente de *mangle* — árvore da América — incor-

porado ao espanhol geral, e do qual derivou *manglar*, correspondente ao nosso *mangal*. Isto afirmamos apoiado em Urena e Malaret, autoridades incontestes, embora *mangue* por muitos seja considerado termo asiático, de origem malaia. Malaret cita como americanismos, usados por Oviedo (1535) e Herrera (1601), em suas obras, os aludidos *batata*, *canoa* e *mangue* (V. "Semântica Americana" — pág. 90 e segs.).

Sobre topónimos como *Charito* e *Chaval*, até o presente não logramos obter um seguro esclarecimento linguístico ou histórico.

O "Novo Dicionário da Língua Portuguesa", de Cândido de Figueiredo (4.^a edição) e o "Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa" registam o termo *chavascal*, que, entre outros significados, apresenta os de *moitado* e *terra pouco produtiva*, sendo, além disso, considerado um brasileirismo, com a mesma accepção de *charravascal*. Quanto a esta palavra, definem-na os aludidos dicionários: campo de *vegetação mediana muito densa*, frisando ser a mesma peculiaridade de Mato Grosso.

Chaval seria uma redução ou forma abreviada de *chavascal*?

Ou tractar-se-ia de uma formação sufixal do género de *pontal*?

Aliás, em ambos os léxicos está no verbete de *chave*: — "lugar que fecha um território e pode ser ponto estratégico contra inimigos". Cândido de Figueiredo inclui *chave* no rol dos *provincianismos*, com o sentido de: recanto ou cotovelo, que uma belga ou um terreno faz para algum dos lados". Esse provincialismo luso teria chegado à nossa região? O certo é que *Chaval* fica próximo ao limite com o vizinho Estado do Piauí, e dista do porto apenas dezoito quilómetros. Ainda uma pergunta? *Chaval* não se relacionaria com o sobrenome Chaves, circulante no Ceará? Nunca se nos afigurou mais premente a necessidade de um conhecimento histórico minucioso do que com relação à metéria ora estudada. Conhecimento de dados históricos, de séria documentação relativa a cada topónimo. O momento é oportuno para abordarmos o tema das *corruções vocabulares*, frequentes na toponímia.

— *Chaval* e *Charito* seriam alterações de vozes indígenas? Nada é para estranhar no tocante ao assunto, pois até denominações da corografia cearense como *Baú*, *Angorá* e *Batateira* são considerados de formação primitiva indígena.

Certas designações tópicas, a exemplo de *Almofala*, *Alcântaras*, *Amontada*, *Angustura*, *Alagoinha*, *Alagoa* (de Dentro, das Pedras, das Bestas), nos falam de expressões antiquadas, do português de outras eras, aliás duas primeiras de origem árabe, bem assim o topónimo *Messejana*, sobre que adiante nos ocuparemos.

Hoje se diz comumente *lagoa*, *lagoinha*, *montada*, na linguagem normal, sendo que a forma *amontada* surge apenas na linguagem inculta, entre os rústicos. Quanto a *angustura*, é termo antigo nas accepções de angústia e qualidade do que é angusto, sendo usado hoje como denominação botânica. *Angustura* evoca, ainda, memorável batalha ganha pelos brasileiros aos paraguaios em 1868. Macedo Soares apresenta o termo como sinónimo de *apertado*: desfiladeiro, estreiteza do rio ou do caminho, acrescentando ser a *angostura* das repúblicas do Prata, termo espanhol (ob. cit., pág. 84). *Almofala*, *Alcântara* e *Alagoa* figuram no “Dicionário Corográfico de Portugal e ilhas adjacentes”, de E. A. Bettencourt, como topónimos portugueses. (V. “Dic.” cit. — Lisboa, 1885 — 3ª. edição; págs. 26, 22 e 21, respectivamente).

A palavra *Arneiroz*, cuja grafia anteriormente era *Arneirós*, assim figurando como topónimo português no dicionário de Bettencourt (a mesma Vila Nova de Souto de El-Rei), ás págs. 34 e 198 da edição citada, *Arneirós* é, por certo, derivada de *arneiro*, que o “Dicionário Contemporâneo” define: “terreno arenoso, estéril (f. sincop. de arena x eiro). Esta significação bem se ajusta ao topónimo cearense, indicador de um Município “cujo território é bastante seco no sertão” (V. “Dic. Geog. Hist. do Ceará”, cit., pág. 31) — Cândido de Figueiredo regista o termo com a mesma accepção, procedendo do latim *arenaris*. *Arneiro* é voz que não nos parece circular na fala regional’ o “Pequeno Dic. Bras. da Língua Portuguesa” não refere o vocábulo; com a mesma significação avreba o termo *arnado*...

Alcantâra, *almofala* e *arneiro* são vocábulos que fi-

guras no “Dicionário portátil das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram”, pelo mesmo autor do *Elucidário*. (Coimbra, 1.825 — Real Imprensa da Universidade. Págs. 12, 17 e 26, respectivamente).

Acentuaremos agora palavras como *Assunção, Alto Santo, Belém, Brejo Santo, Cruz, Cruzeiros, Conceição, Espírito Santo, Jordão, Milagres, Missão-Nova, Missão-Velha, Natividade, Nova Cruz, Pentecoste, Rosário, Santa Cruz, Vera Cruz* e outras, entre as quais designações de factos e lugares sagrados, que ao par dos vários nomes de santos, da hagiografia católica, servem para indicar manifestações religiosas na obra colonizadora, “o espírito católico” que impregna os alicerces da nossa civilização.

Lembre-se, contudo, que topónimos dentre os acima enumerados, bem como vários nomes de santos, com que eram designadas localidades, foram substituídos por denominações indígenas, de acordo com o Decreto-lei de 31 de Dezembro do ano passado (A propósito de *Missão Velha e Missão Nova*, ver “Algunas origens do Ceará”, por António Bezerra — Ceará, 1918 — passim; “Ceará—Homens e Factos”, de J. Brígido — pág. 69; e a obra de Pedro Théberge — “Esboço histórico sobre a Província do Ceará” — 1869 — parte 1^a, pág. 141). Certos desses topónimos são o abreviamento de expressões mais longas, que antes vigoraram e desapareceram, ou ainda surgem no linguajar do povo ao mesmo tempo que os vocábulos adoptados hoje oficialmente. Assim, *Catarina* foi *Santa Catarina*; *Cosme* correspondia a *Serra dos Santos Cosme e Damião*; *Palhano* a *Cruz do Palhano*; *Estêvão* a *Santo Estêvão*; *Alcântaras* já foi *S. José dos Alcântaras*; *Carrapateiras* antigamente era *Santo António do Carrapateira*; *Castro* era *S. José do Castro*; *Amontada* foi *S. Bento da Amontada* e depois *São Bento*.

Após havermos indicado os topónimos escolhidos em homenagem a vultos que se notabilizaram, fáceis de reconhecer pelos dados precisos e seguros que sobre essas individualidades em geral possuímos, mencionamos os seguintes, cuja origem nem sempre será possível afiançar, referentes a exploradores, sesmeiros, antigos moradores ou proprietários de terras na região,

ou mesmo a determinado capitão-mor ou ouvidor: — *Barbalho, Borges, Castro, Coutinho, Fonseca, Feitosa, Figueiredo, Gracismán* (lugarejo no Município de Russas), *Góis, Lacerda, Manuel Dias, Maria Pereira, Miranda, Palhano, Saldanha, Targinos, etc.* (A propósito de *Miranda* e semelhante género de topónimos, recomendamos consultar António Bezerra — ob. cit., pág. 145 e passim; e “Anais do Arquivo Público do Estado do Ceará” — Ano I — Tomo I, onde se acha o “Índice das Datas de Sesmarias do Estado do Ceará” — passim.)

Matias, Fernando, Brígida, Mariana, (Dona) Ana, Valentim, Joaninha, Madalena, são outros tantos onomásticos, de emprego corrente como nomes de baptismo ou prénomes, dos quais alguns talvez hajam sido apostos, em louvor ao *santo do dia*, em que foram localizados os factos geográficos correspondentes.

Sem dũvida, na ortografia e na potamografia se encontram designações das mais antigas entre os topónimos (x), conservadas às vezes na forma primitiva, ou hoje apenas ligeiramente corrompidas, muito embora certas localidades ainda conservem o primeiro nome que lhes foi aplicado, quando simples arraiais ou povoações. Mas leis, como a recente, do Governo Federal, surgem para momentaneamente alterar o ritmo da toponímia concernente a vilas e cidades. Várias dezenas de nomes tradicionais acabam de ser substituídos por novas denominações, principalmente de etimologia indígena. Lembramos nesta oportunidade que outrora por um acto da metrópole portuguesa alguns topónimos indígenas foram, no Ceará, substituídos por nomes portugueses, que eram em geral os mesmos de antigas localidades lusitanas (Veja-se a respeito, entre outros, Théberge — ob. cit. Parte 1^a., págs. 178 e segs.; Studart — “Geog”. cit., págs. 39 e 40). Algumas dessas denominações firmaram-se decisivamente, mas outras acabam por ceder lugar às que já se achavam fixadas na mente do povo, e não houve meio de trocar pelas adoptadas oficialmente. De tal sorte que a Assembleia Legislativa do Ceará achou conveniente ordenar que se voltasse às denominações indígenas em alguns casos, chamando, por exemplo, *Porangaba* em lugar do nome português *Arronches*, *Aracoiba* em vez de *Canoa*, *Itapipoca* em substituição a *Imperatriz* e *Iguatú* a *Telha*. (V. “Dic. Geog. Hist. e Desc. do Estado do

Ceará”, cit.; pág. 207). O Barão de Studart traz no fim da sua “Geografia do Ceará” (pág. 384) uma lista dos nomes indígenas de algumas localidades cearenses, acompanhados dos nomes portugueses que os substituíram, ou foram apostos com o objectivo de substituí-los, embora nem sempre lograssem predominar. Examinando mais um certo número de casos em que, no curso do tempo, prevalecem os nomes de certas localidades sobre outros, rivais, como os de *Granja*, *Messejana*, *Soure*, *Tianguá* sobre os de *Macaboqueiro*, *Paupina*, *Caucaia* (hoje reposto pelo último decreto-lei), *Barroão*, respectivamente, concluimos que, na escolha popular não se verifica de ordinário nenhuma preocupação etimológica, e sim a revelação de certo *sentido estético*, pois — ao que nos parece — os nomes que ficam são em geral os mais eufónicos ou que dispõem de maior força de expressividade.

Martinópolis e *Santanópolis* são formações eruditas, com o elemento grego *pole*, que significa cidade. Elaborado pelo mesmo processo etimológico foi o topónimo *Solonópolis*, que veio substituir ao antigo *Cachoeira*.

(1) CRATO — Segundo Perdigão de Oliveira, que diz basear-se em documentos oficiais, a inauguração da vila efectuou-se a 21 de Junho de 1764. “A vila foi fundada na aldeia do *Brejo*, antiga missão do Miranda, devendo nela se reunir os índios dela, os da missão do Jucá, e todos os de ambas que se achavam dispersos” (Trabalho do citado autor J. B. Perdigão de Oliveira, “rectificando datas e factos, apontando narrações incompletas, e omissões de factos, em “O Resumo Cronológico para a História do Ceará” pelo Major João Brígido dos Santos” — In. “Revista do Instituto do Ceará” — Ano II, Tomo II, 1.º Trimestre de 1888; pág. 37). Por provisão de Março de 1762 já havia sido criada a Vigararia amovível de Nossa Senhora da Penha do Crato. (V. “Dic. Geog. Hist. Desc. do Ceará”, cit.) Elevada á cidade pela Lei Provincial n.º 628, de 17 de Outubro de 1853, está no aludido “Dicionário Geográfico e Histórico”, mas Pompeu escreve que foi cidade por lei provincial n.º 2039, de 2 de Novembro de 1883 (V. “Corografia da Província do Ceará” —

por José Pompeu de A. Cavalcante. Imprensa Nacional. Rio, 1888; pág. 194).

A denominação portuguesa de *Crato*, dada ao tempo de sua elevação a vila — observa Paulino Nogueira — celebrou Dom António, Prior do Crato, candidato à coroa de Portugal (“Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará” — In. Revista do Instituto do Ceará”, Ano I, Tomo I, 4^o. Trimestre de 1887).

“Na província do Alentejo — refere Sousa Monteiro — estavam o *Priorado do Crato*, que pertenceu à Ordem de Malta e a Colegiada de Vila Viçosa, com um Prelado independente, com o título de Deão Bispo”, além de outras instituições religiosas, que no mesmo trecho cita. Mas o autor referido já considera, então, que parecem estar extintos, tanto o Priorado como a Colegiada, cuja administração espiritual se reuniu à Mitra Arquiepiscopal de Évora. (V. “Dicionário Geográfico das Províncias e possessões portuguesas no Ultramar” — José Maria de Sousa Monteiro. Tip. Lisbonense. Lisboa, 1850. Pág. 37 do volume I).

O “Dic. Corog. de Portugal”, de Bettencourt, regista *Crato* como vila — N. Sra. da Conceição — cabeça de concelho, comarca de Niza, distrito e bispado de Portalegre. O concelho deste nome tem sete freguesias (págs. 69 e 70 da ed. cit.). — O “Dictionnaire Géographique portatif”, de Malte-Brun — (Paris — Froment et Lequien, 1828 — I.ª parte, pág. 167) traz *Crato* — vila portuguesa, 13 léguas ao norte de Évora, com 3000 habitantes. O “Dictionnaire Géographique Universel” (por uma sociedade de geógrafos — A. J. Killian e Ch. Piquet. Paris, 1827. Tomo III, pág. 110) diz acerca de *Crato*: “vila de Portugal, província do Alentejo, perto da margem direita do Eryedal, sobre uma colina, a 5 léguas O. N. O. de Portalegre e a 8 léguas $\frac{1}{2}$ N. E. de Aviz. Era a residência do grão prior da Ordem de Malta”. O “Dicionário” de Simões da Fonseca (2^a. edição), regista *Crato* como cidade da província do Alentejo; a 20 kms. N. O. de Portalegre — Portugal.

Os dicionários de Frei Domingos Vieira, Morais e Aulete Valente não referem o vocábulo *crato*. Encontramo-lo, porém, no “Novo Dicionário da Língua Portuguesa”, de Cândido de Figueiredo (4^a. edição), com os significados de: casta de uva

branca algárvia; casta de uva preta, também algárvia; e a anexa observação: *de Crato*, nome próprio.

(2) FORTALEZA — É palavra muito antiga, que Frei Domingos Vieira, no “Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa” (Porto, 1873), definindo como: “toda a obra de arquitectura militar, que faz uma terra, cidade, ou vila, para resistir aos ataques do inimigo”, cita em obras como a “Monarquia Lusitana (liv. 6, cap. 30; liv. 7, cap. 4); na “Década I”, de Barros (liv. 3, caps. 1 e 12; liv. 9, cap. 1; liv. 10, cap. 6); na “Década” IV, de Diogo de Couto (lv. 7, cap. 12), e no “tinenário”, de Tenreiro (cap. 7). — O “Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa”, de Aulete, cit., regista o vocábulo como originado do baixo latim *fortalitium*; e Cândido de Figueiredo, do baixo latim *fortalitia*.

A propósito da antiguidade da palavra *fortaleza*, J. R. Roquette, em nota apensa à edição do *Leal Conselheiro*, por ele prefaciada e comentada, diz que ela era muito usada entre os antigos, com uma pequena alteração de ortografia. *Fortelleza* vimos grafado por velhos autores lusitanos, inclusive na obra aludida — Dom Duarte, e Gomes Eanes de Zurara (V. “Leal Cons.” — pág. 129. Paris, 1854. V^a. J. P. Aillaud, Moulon & Cia.; “Crónica dos feitos de Guiné” — pág. 44 — Livraria Clássica Editora — Lisboa, 1942 — respectivamente). Entretanto, já encontramos a grafia *fortaleza* em obras como a “Crónica da Tomada de Ceuta”, do mesmo Zurara — (V. ob. cit. — ed. Livraria Clássica Editora — Lisboa, 1942).

Deixemos a parte etimológica pròpriamente do vocábulo e examinemos agora a história do mesmo, como denominação da formosa capital cearense, cujo progresso tão vivamente contraria o que, a seu respeito, disse Aires de Casal (“Corographia”, cit., pág. 208). O topónimo — segundo a maioria dos historiadores — procede do Forte de N. S. da Assunção, levantado por Martim Soares Moreno — o fundador da colónia do Ceará — em 1611, onde existe a fortaleza deste nome, edificada em frente da cidade em 12 de Outubro de 1812, quando as águas lavavam a face que fica para o mar (Dic. Geog. Hist. do Ceará” cit., pág. 146).

Em 1603 Pero Coelho lançou os fundamentos de uma povoação, baptisada *Nova Lisboa*, no local da barra do Ceará, applicando à região o nome de *Nova Lusitânia*. A barra do Ceará era — segundo J. Brígido — chamada, pelos indígenas, de *Itarema*.

Refere o citado historiador que Martim Soares, sob a protecção de *Jacaúna*, chefe indígena, fundou a capela e o fortim de *N. S. do Amparo* no mesmo sítio do estabelecimento de Coelho, isto é, na barra do Ceará, acrescentando que o estabelecimento que se fez mais tarde no local da cidade de Fortaleza tinha o nome de *N. S. da Assunção* (ob. cit., pág. 350). A Provisão do Conselho Ultramarino de 11 de Março de 1725 criou a vila de *N. S. da Assunção*, no lugar da fortaleza deste nome, vila esta que, em 13 de Abril de 1726, foi instalada pelo Capitão-mor Manuel Francês (V. Acta da instalação da vila — “*Geographia*” cit., de Studart, págs. 34 e 35).

Por Carta Imperial de 17 de Março de 1823 foi elevada a cidade com a denominação de *Fortaleza de Nova Bragança*.

A antiga Ouvidoria do Ceará, que fazia parte da de Pernambuco, foi separada por Carta-régia de 1711, formando uma comarca com a da Paraíba; pela Provisão do Conselho Ultramarino — de 8 de Janeiro de 1723 — foi tornada comarca independente, cuja cabeça era o Aquiraz.

Por Decreto de 24 de Junho de 1810 foi criado um lugar de Juiz de Fora em Fortaleza.

Em 1833 ficou a comarca compreendendo, além do actual distrito, mais os de Baturité e Itapipoca, e com duas varas, uma do cível, outra do crime.

Presentemente, a comarca de Fortaleza compreende os termos de *Fortaleza e Caucaia* (ex-Soure, sendo pertencentes àquele os distritos de *Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim e Parangaba* (V. “*Divisão Territorial — Judiciária, Policial e Administrativa do Estado do Ceará—Conforme o Decreto-lei n.º. 1114 de 31-12-943*” — Tipografia Minerva — Assiz Bezerra & Cia. 1944).

(3) FRADE — Antes, Riacho do Sangue. “Refere a tradição — escreve Pompeu—que, brigando sesmeiros daquele sertão, na partilha de terras, o sangue das vítimas tingiu as águas da

corrente, que ali passa, e à margem da qual se deu ma grande luta, ficando por isso conhecido com o nome de Riacho do Sangue". Há também, a respeito, uma outra tradição, referente a umas pedras encarnadas existentes no álveo do ribeiro (V. Pompeu — "Chorog." cit., pág. 226; T. A. Araripe — História da Província do Ceará", pág. 119; Théberge — ob. cit., pág. 94).

João Brígido, tractando das lutas entre as famílias Monte e Feitosa, que, nos primórdios do século XVIII, por questão de terras, ensanguentaram certa região do Ceará, escreve: "Sendo ambos (Geraldo do Monte e Lourenço Alves Feitosa, os chefes das famílias citadas) oficiais superiores de milícias e consideravelmente ricos, formaram pequenos exércitos de índios e mamelucos, com os quais se fizeram a guerra durante muito tempo. Destas excursões e combates à margem do Salgado, Jaguaribe e outros rios, cujos vales eram os mais conhecidos, ficaram algumas denominações que ainda hoje subsistem. É assim que ficaram conhecidos por *Pendência*, *Arraial*, *Batalha*, *Tropas* e *Emboscadas*, alguns sítios à margem do Salgado. O sítio *Defuntos*, no Jaguaribe, tirou daí também a sua denominação, e bem assim o *Riacho do Sangue*, onde tiveram lugar horríveis carnificinas, entre os índios de uma e outra parcialidade. No Inhamum, ficaram assinalados os sítios *Trincheiras*, *Cruzes* e *Saco das Balas*. Aqui, uma partida de Feitosas perdeu um saco cheio de balas, que foram achadas muito tempo depois pelo major José do Vale Pedrosa" ("Ceará — Homens e Factos", página 83; "Esboço histórico" — Théberge, págs. 130 a 132). O nome *Frade* procede de haver sido um dos possuidores das terras um religioso carmelita, o qual as doara ao Convento de Nossa Senhora do Carmo (V. "Dic. Geog. Hist. do Ceará" cit., página 334; Théberge, ob. cit., págs. 94 e 95).

Até bem pouco tempo vigorou o nome *Riacho do Sangue*, mas a denominação oficial é hoje *Frade*. Pelo Decreto n. 448, de 20 de Dezembro de 1938, Riacho do Sangue, com o nome *Frade*, ficou como termo de comarca de Jaguaribe. O último Decreto-lei, de 31 de Dezembro de 1943, manteve o nome *Frade* e a anterior classificação judiciária.

(4) GRANJA — Vila pelo alvará de 27 de Junho de 1776; cidade por lei provincial, n.º 692, de 3 de Novembro de 1854. Quando era simples povoado, recebia a denominação de *Maca-boqueira* ou *Macavoqueira*. “O nome de Granja não deve ser conservado porque é transplantado de Portugal; seu nome devia ser indígena — escreve o Des. Álvaro Gurgel de Alencar. “Devia ser-lhe dado o nome — Aratahym, que é o do serrote que se vê bem perto da cidade” (“Dic. Geog.” cit., pág. 159).

O “Dic. Corog. de Portugal”, de Benttencourt, traz quatro freguesias lusitanas com esse nome: de São Braz, S. João Baptista, Santa Maria e São Sebastião. E mais: Granja do Tedo, Granja Nova e Granja do Ulmeiro (ob. cit., pág. 92).

(5) MESSEJANA — José de Alencar, no romance *Iracema*, considera o nome tupi, mas o próprio Desembargador Paulino Nogueira, que se excede às vezes em suas interpretações de tupinólogo, declara não padecer dúvida a origem portuguesa do vocábulo. E escreve: “Por C. R. de 6 de Maio de 1758 mandou o Marquês de Pombal elevar a vilas as aldeias dos jesuítas, que contassem mais de cinquenta fogos, com denominações de lugares de Portugal. Entre outras foi a aldeia *Paupina* elevada a vila pelo Ouvidor Geral de Pernambuco, Bernardo Coelho de Gama Passos, no dia 1.º de Janeiro de 1760, com o título de *Vila Nova Real de Mecejana d’America*. Só pelo título vê-se que o nome é de Portugal; e nem é crível que no Brasil houvesse quem, sem interesse algum, contrariasse uma ordem positiva do poderoso ministro” (Vocab. Indíg.” cit. — verbete de *Mecejana*). Houve quem seguisse a opinião de José de Alencar, de que *Mecejana* é nome indígena, assim decomposto: que fez abandonar ou foi ocasião ou lugar de abandonar; de *cejar* abandonar, a desinência *ana* indicativa da pessoa que exercita a significação do verbo, e a partícula *mo* do verbo *monhang* fazer.

Quanto à grafia: uns escreveram *Mecejana*, outros *Messejana*, achando Cândido Mendes que é errado não escrever desta última forma. Mas o certo é que, na esteira de Alencar e Barba Alardo, ainda há quem escreva *Mecejana*.

O termo é, sem dúvida, português. Jaime de Séguier re-

fere-o como vila do Concelho de Aljustrel (Beja) — Portugal (“Dic. Prat. Ilust.” 2.^a edição — Porto, 1928. Malte-Brun regista o vocábulo com a grafia *Messejana*, como de Portugal, da província de Alentejo (V. “Dictionnaire Géo. port” cit. — Paris — 1828 — 2.^a parte, pág. 543). O “Dictionnaire Géog. Univ”. cit., (Tomo 6.^o, pág. 679; Julho de 1829) traz *Messejana* — “localidade de Portugal, prov. de Alentejo, comarca, a 5 l. n. de Ourique, e a 8 l. O. S. O. de Beja. Residência do corregedor da comarca. É cercada de altas muralhas e tem um convento. 1.220 habitantes”.

O “Dic. Corog. de Portugal”, de Benttencourt, regista *Messejana* — Vila Na. Sra. dos Remédios — concelho de Aljustrel, comarca de Ourique, distrito e bispado de Beja (ob. cit., pág. 112).

Foi a sede da antiga missão da *Paupina*, onde primeiro se aldearam os potiguares, sob a administração dos jesuítas. Os índios, segundo o Senador Pompeu, eram pertencentes às nações *Paupina* e *Parnamerim*. A etimologia mais corrente de *Paupina* é a que nos apresenta o Barão de Studart: de *Ypau - pina* (lagoa descoberta) (V. “Geog.” cit., pág. 347). A vila foi extinta pelo Conselho do Governo em 13 de Maio de 1883. Hoje, de acordo com o último Decreto-lei, é um simples distrito, pertencente à comarca de Fortaleza.

Fica à margem da lagoa do mesmo nome.

(6) PALHANO — Parece-nos derivar o topónimo como tantos outros, de um nome próprio de pessoa, cabendo-nos a propósito citar o tenente-coronel Estêvão de Sousa *Palhano*, que foi sesmeiro, no Ceará, na primeira década do século XVIII (V. “Anais do Arq. Púb. do Ceará” cit., pág. 29).

Do mesmo género de procedência é, decerto, o topónimo *Maria Pereira*, que até antes do último Decreto-lei se referia também a uma cidade, e hoje citamos apenas como serra. Esse onomástico aparece no registo de uma petição e sesmaria, em 1679, no rio *Jaguaribe*, fazendo padrão; e, acrescentado da locução *da Silva* — *Maria Pereira da Silva* — referindo-se a uma sesmaria, isto é, pessoa a quem vai concedida sesmaria, no registo de concessões de terras — três partes nos rios Curú, Bana-

buiú e Jaguaribe — na primeira década do século XVIII, tractando-se, sem dúvida, em ambos os casos, da mesma pessoa. (V. “Anais” cit. — Tomo I — Ano I — respectivamente às págs. 110 e 28, 77 e 111).

TARGINOS (Ipueiras dos Targinos), povoação no Município de Canindé, foi assim denominada em homenagem ao Cel. Targino de Góis, a quem se deve a construção do seu casario (“Dic. Geog. Hist.” cit., pág. 194).

Um outro topónimo a que aludimos ainda nesta oportunidade é *Gracisman*, um lugarejo no Município de Russas. Deve provir de Teodósio de Gracisman, sesmeiro no séc. XVIII.

(7) *REDENÇÃO* — O antigo nome desta cidade é *ACARAPE*, de procedência indígena. Hoje *Redenção* é município e termo da comarca de *Baturité*, e *Acarape* simplesmente distrito do termo de *Redenção*. (Últ. Decreto-lei, cit.). Paulino Nogueira escreve sobre a etimologia do vocábulo *Acarape*: — “de *acará* peixe e *pe caminho*, caminho ou canal do peixe. Martius cit. pág. 489. Prefiro — caminho das garças. José de Alencar cit. pág. 182. *Acará* tanto significa peixe como garça, de cujas penas os índios faziam seus penachos. G. Dias, *Dicionário da Língua Tupi*”. (Vocáb. Indíg. cit., verb. respect.).

Teodoro Sampaio, no verbete de *Acarape*, esclarece: composto de *acará-pe*, nos *acarás*; e, tractando de *acará* subst. comp. de *acará* cabeça áspera, o *casculo*, o *escamoso*, peixe escamoso d’água doce, comuníssimo nos rios do Brasil (*Ghromis acará*); diz-se vulgarmente *cará* (V. “O Tupi na Geographia Nacional” — 2.^a edição — págs. 197 e 198). O Barão de Studart adopta a etimologia do autor baiano (“Geog.” cit., pág. 345).

Foi aplicado o nome *Redenção* por ter sido a localidade que primeiro se libertou da escravidão no Brasil. João Brígido (“Ceará - Homens e Fatos”, pág. 505) expõe que foi a 1. de Janeiro de 1883 que teve lugar o primeiro acto de libertação de massa no Brasil, ocorrido na vila do *Acarape*, e que são nessa data libertados todos os cativos do Município, em número de 116.

Vila pela lei provincial n. 1255, de 28 de Dezembro de 1968. Cidade em 1889, pela lei n.º 2.167, de 17 de Agosto,

com a denominação de *Redenção*. Paulino Nogueira dá a mudança de nome em 1. de Janeiro de 1883 (V., a propósito. "Dic. Geog. Hist." cit., pág. 328).

A "Corographia" de Pompeu, editada em 1888, não traz Redenção e sim *Acarape*, ainda como vila.

(8) RUSSAS — S. Bernardo das Russas foi o nome, anteriormente. É o *Areribu* dos indígenas, designação primitiva do riacho das Russas, cuja etimologia é, segundo Paulino Nogueira, *areré* e *pu* estrondo; grito da marreca *areré*. No tempo de Bernardo Manuel de Vasconcelos — escreve o Barão de Studart — a povoação de Santo António do Ouvidor foi elevada a vila, de São Bernardo do Governador (S. Bernardo das Russas) (V. "Geog." cit., pág. 45).

Vila em 1801. Elevada a cidade em 1859.

O nome RUSSAS lhe adveio da cor russa dos rochedos, que estão a meia légua do sítio onde foi edificada (Dic. Geog. Hist. do Ceará", cit., pág. 205).

(9) SOBRAL — Diz Perdigão de Oliveira, rectificando um erro de João Brígido, que a ordem do Governador de Pernambuco, mandando erigir a vila de Sobral no lugar denominado Caçara, é de 14 de Novembro de 1772. A vila foi fundada com a denominação de *Vila Distinta e Real de Sobral*, como fora determinado pelo Governador de Pernambuco (Trab. cit. de J. B. Perdigão de Oliveira, in "Rev. do Inst. do Ceará").

A povoação de *Caçara* foi instituída vila com o nome de Sobral em face de uma representação que o Ouvidor e Corregedor Geral da Capitania do Ceará, Dr. João da Costa Carneiro e Sá, fez ao Governador de Pernambuco, D. Manuel da Cunha Menezes, em a qual lembra que a criação da vila se combinaria admiravelmente com o espírito da Ordem Régia de 22 de Julho de 1766. — "Sendo-me presentes muitas e repetidas queixas e os crimes atrozes que nos sertões dessa Capitania têm cometido os vadios e facínoras que neles vivem como feras, separados da sociedade e comércio humano, sou servido que todos os homens, que nos sertões se acharem vagabundos ou em sítios volantes, sejam logo obrigados a escolher lugares acomodados para viver juntos em *povoações cíveis que pelo menos tenham de cinquenta*

fogos para cima com juizes ordinários, vereadores e procurador do Conselho, repartindo-se entre eles com justa proporção as terras adjacentes, e isto debaixo da pena de que aqueles no termo competente que lhes assinarem os editais que se afixarem para este efeito, não apparecerem para se congregarem e reduzir à sociedade civil nas povoações acima declaradas, serão tratados como salteadores e inimigos comuns, e, como tais, punidos com a severidade das leis, etc.— Em virtude das disposições de tal ordem foram criadas no Ceará as vilas de Quixeramobim, Sobral, São Bernardo das Russas e São João do Príncipe “(Trab. cit. de Perdigão de Oliveira).

Elevada a cidade por lei provincial n.º. 229, de 12 de Janeiro de 1841, com a denominação de *Januária — Fidelíssima cidade da Januária do Acaraú*, em homenagem à princesa Januária, irmã de D. Pedro II.

A actual denominação decorre da lei provincial n.º. 244, de 25 de Outubro de 1842 (Pompeu — “Corog”. cit. pág. 190).

O nome *Sobral* procede de uma localidade portuguesa pertencente ao concelho de Mortágua, e veio substituir ao indígena *Caiçara*. O “Dic. Corog. de Port.”, de Bettencourt, regista dois *Sobral*: um, freguesia de São João Baptista, concelho d’Oleixos, comarca da Certã, distrito de Castelo Branco e bispado de Portalegre; o outro, freguesia de S. Miguel, concelho de Mortágua, comarca de Sta. Combadão, distrito de Vizeu e bispado de Coimbra. Refere ainda: *Sobral da Abelheira*, *Sobral d’Adiça*, *Sobral da Lagoa*, *Sobral da Serra*, *Sobral de Cazegas*, *Sobral de Papízios*, *Sobral do Campo*, *Sobral do Monte Agraço* e *Sobral Pichorro* (pág. 175).

O “Dic. Geog. Univ.” (pág. 342 — Tomo IX — 1832) traz *Sobral* como localidade portuguesa, província de Estremadura, comarca de Torres — Vedras. Malte-Brun (“Dic. Géog. port”. cit., pág. 826 — 2a. parte) regista *Sobral* de Monte-pequeno burgo português na Estremadura. O Dic. de Simões da Fonseca refere *Sobral* como freguesia do distrito de Vizeu e *Sobral da Adiça*, freguesia do distrito de Beja.

Sobral é vocábulo de origem latina: “de *suber* souvereiro (árvore), com a terminação portuguesa *al*, abundância, alterou-

se em Sobral, que quer dizer abundância de souveireiros, da mesma forma por que *caraubal* quer dizer abundância de carnaúbas” (Paulino Nogueira — “Vocab. Ind”. cit., no verb. de *caičara*).

Morais em *sobral* remete para *soveral*, que traz a significação de mata de soveiros. No verbete de *sovereiro*, *sòvero* ou *souvèiro* esclarece: “sobro, árvore conhecida (Latim *suber*, *suberis*), lembrando, por fim, que a melhor ortografia é com *b*, do lat. — “Sobereiro é a ortografia etimológica”, por analogia parecendo-lhe que se poderia dizer *sobero* em lugar de sobro, que é o usual (Vi. Dic. de Moraes—6ª. edição). Fr. Domingos Vieira cita *sobral* como correspondente a *soveral*, termo que apresenta com o mesmo significado exposto no Dicionário de Moraes. Cândido de Figueiredo define *sobral*: lugar onde crescem sobros, e árvore cupulífera (*quercus suber*) (“Novo Dic. da Língua Port.” — 4ª. edição).

(10) TAMBORIL — Paulino Nogueira considera o vocábulo híbrido: “tambor pequeno, de *tambora*, já corrução pelos indígenas da palavra portuguesa *tambor*, e do diminutivo indígena *mirim*. De *tambora mirim* ou *tambor mirim* fizeram os colonos a dição inteiramente aportuguesada — *tamboril* e até *tamborim*, sobrenome da família. A árvore de que faziam os índios esses tambores, muito apropriada por sua leveza e porosidade, teve também o nome de *tamboril*, a cuja abundância deve a vila seu nome” (“Vocáb. Indig. “cit. — no verb. *Tamboril*). Mais um daqueles excessos indigenistas do ilustrado escritor cearense. Ora, Moraes nos informa que tanto *tamboril* como *tamborim* são vocábulos portugueses muito antigos, com a significação de tambor pequeno, e cita em abono dessa definição trechos do “Itinerário da Terra Santa”, de Fr. Pantaleão do Aveiro, e do “Templo da Memória”, de Manuel de Galhegos, bem como dos “Inéditos da História Portuguesa”, dados à publicidade pela Real Academia das Ciências. *Tamboril* vem no Dicionário de Moraes também como nome de um peixe. Refere ainda o mesmo lexicógrafo a ocorrência do termo *tamborileiro* — o que toca o tamboril — em “Obras”, de Gil Vicente — vol. 3º., pág. 174. O termo *tambor* é de origem asiática: persa *tambur* ou árabe *al-*

tambor (Morais), mas incorporado ao português desde remotas eras, e quanto às terminações *im* e *il* são sufixos vernáculos diminutivos, *il* sendo demais, como sufixo vernáculo, denotador de lugar (V. “Diccionario de Afixos e Desinências” — Carlos Góis). O Dr. Davi Lopes, arabista conceituado, em trabalho contido no 1.º vol. da *História de Portugal* (6.ª parte; págs. 426-428), entre os inúmeros vocábulos árabes incorporados ao nosso idioma em consequência da dominação árabe na península coloca o referido *tambor*. Alfredo da Mata registra a palavra no Amazonas, apresentando-a como: — “leguminosa mimosácea, grande árvore da mata virgem de terra firme. Fruto muito procurado pela caça. O mesmo que *tamboriuva* (V. “Contribuição ao estudo do vocabulário amazonense”, in “Rev. do Inst. Geog. e Hist. do Amazonas” — Ano VI — vol. VI, ns. 1 e 2).

Teodoro Sampaio refere *tamburil* — corrução de *tamburi* ou *tambuí*, árvore de que o gentio fazia canoas. (“O Tupi na Geog. Nacional”, 2.ª edição. cit. — pag. 268).

Frei Domingos Veira no “Tesouro da Língua Port.”, cit., define *tamboril* — “um tambor pequeno que se toca por festa nas aldeias. — Certo peixe”. Apresenta *tamborim*, o mesmo que *tamboril*, sem nada acrescentar.

Vê-se, pois, que não se tracta de palavra nova na nossa língua, sem que, no entanto, deixemos de considerá-la um *brasileirismo* nas accepções novas que adquiriu entre nós.

(11) BATATEIRA — É considerado o vocábulo corrução da voz indígena *Itaytera*, nome pelo qual os tupís designavam o maior e mais belo manancial do Araripe, e que se decompõe do seguinte modo: *Ita* pedra, *Y* ou *Ig* agua, *têra* por entre; isto é, água que corre, precipitando-se por entre as pedras. Não ha notícias de batatas nas margens dessa corrente, para justificar o nome *Batateira*, que lhe puzeram os primeiros colonos (“Chorog. do Ceará” — Pompeu; págs. 194 e 195 — nota 3). O que expõe o autor aludido é baseado em escrito do Dr. Marcos Macedo, a propósito.

Assim se corrompiam muitos nomes indígenas, gerando-se vocábulos, ante os quais as explicações etimológicas se tornam infundadas ou ilógicas. Um outro caso interessante é o de BAÚ,

nome de forma portuguesa, mas que parece ser, em verdade, indígena, segundo refere Pompeu Sobrinho (V. "Etimologia de algumas palavras indígenas", in "Revista do Instituto do Ceará" — Tomo XXXIII — Ano XXXIII — 1919. 1.º, 2.º, 3.º e 4.º trimestres), *Baú* é lagoa, riacho e povoação, respectivamente nos Municípios de Iguatú e Pacatuba. Pompeu Sobrinho diz que PAÚ ou BAÚ significa literalmente "o que está no meio". Riacho do *Baú* ou *Paú* seria Riacho do Meio. (Id. Ib.).

Colocamos *Batateira* e *Baú* na lista dos topónimos, que se tornaram portugueses por uma assimilação morfológica perfeita de vocábulos do nosso idioma.

(12) FAVELA — Acerca de *favelas* escreve Bernardino de Sousa à pág. 313 de sua "Onomástica Geral" cit.: — agrupamentos de tugúrios malsãos, segundo o Eng.º F. S. R. de Brito, num artigo publicado n"O Jornal (Rio de Janeiro), de 14 de Junho de 1927. É ainda o mesmo autor quem nos lembra que os cariocas assim chamam a tais agrupamentos "por lhes ter impressionado o que se vê ou se diz da povoação do morro da Favela, no Rio de Janeiro".

O "Pequeno Dicionário Bras. da Língua Port." (2.ª edição, regista o vocábulo com idêntico sentido.

O termo Favela, empregado na toponímia cearense, não nos parece apresentar relação semântica com o aludido, aparecendo já em sesmarias datadas do século XVIII (V. "Anais do Arq. Público do Ceará", cit.).

Favela é nome aplicado pelos cearenses a uma árvore, encontrada na região, do género *Cnidoscolus*, família das Euforbiáceas, a qual vem ultimamente interessando à industria. A faveleira é uma planta nativa da região semi-árida do Nordeste. É característica dos imensos trechos interiores a que chamam de catinga. Atinge elevado porte; as folhas, os frutos e galhos novos possuem penetrantes espinhos. (Sobre *favela* e o emprego do óleo extraído de suas sementes na indústria ver o trabalho de Jaime Santa Rosa — "Óleo de favela, nova riqueza da região das secas" — Rio, 1943).

O nome é tão vulgarizado em certas zonas do interior do Estado, que se poderá encontrá-lo como apelido ou, mesmo, sobrenome de pessoa — José Favela, António Favela, etc.

(Continúa)